

MANIFESTO EPISTEMOLÓGICO: POR UMA ESCRITA CONTRA-HEGEMÔNICA **EPISTEMOLOGICAL MANIFEST: FOR A COUNTER-HEGEMONIC WRITING** BEATRIZ SIMÕES, CRISTINA DE ARAUJO

Beatriz Palmeira Simões é Arquiteta e Mestre em Arquitetura e Urbanismo e doutoranda em Desenvolvimento Urbano no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Estuda urbanismo social, direito à cidade, modos de apropriação dos espaços públicos, desigualdades de gênero, mulheres da resistência e marcas urbanas. beatriz.palmeira@ufpe.br
<http://lattes.cnpq.br/3106474581989575>

Cristina Pereira Araújo é Arquiteta, Mestre e Doutora em Arquitetura e Urbanismo, com pesquisa de Pós-doutorado em andamento. É professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da mesma instituição. Coordena o Laboratório Espaço e Política, onde pesquisa produção e estruturação do espaço urbano, lutas de classes e conflitos socioespaciais. cristina.pereira@ufpe.br
<http://lattes.cnpq.br/8068366194146208>

ARTIGO SUBMETIDO EM 15 DE AGOSTO DE 2022

Como citar esse texto: SIMÕES, B. P. M.; ARAUJO, C. P. Manifesto epistemológico: por uma escrita contra-hegemônica. **VIRUS**, n. 25, 2022. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v25/655/655pt.php>. Acesso em: dd mês. aaaa.

Resumo

O cenário da produção de conhecimento científico e pesquisa das ciências sociais de ontem e de hoje foi/é conformado por valores hegemônicos como universalidade, imparcialidade e neutralidade. Em sua contramão, também no ontem e no hoje, encontramos, dentre tantas vozes resistentes, aquelas pertencentes às epistemólogas feministas, que têm buscado denunciar o fazer acadêmico tradicional e propor, em seu lugar, um aporte teórico de caráter revolucionário, que suscite a crítica e o posicionamento político e ético do(a) pesquisador(a). No intuito de contribuir e estimular a crítica ao pensamento hegemônico que circula na área da arquitetura e urbanismo, o objetivo deste escrito é elaborar uma aproximação analítica a uma das referências da pesquisa de cunho contra-hegemônico: a epistemologia feminista, a fim de colaborar na revisão de algumas das categorias analíticas existentes e repensar delimitações de métodos, procedimentos e do papel do(a) pesquisador(a), com vistas à possibilidade de um pensar mais democrático. Para tanto, o caminho metodológico proposto foi a elaboração de um levantamento de referências bibliográficas, que buscou abordar as temáticas do giro decolonial e das epistemologias feministas. Como resultado, apresentamos um artigo-manifesto que propaga um projeto outro de produção do conhecimento científico, constituindo-se como um projeto metodológico-político-ético, que possui ferramentas metodológicas que dão condições de construir um conhecimento situado, parcial, responsável e, por isso, comprometido tanto politicamente como eticamente.

Palavras-chave: Epistemologias feministas, Produção do conhecimento científico, Projeto metodológico-político-ético, Escrita feminista

1 Introdução: de onde partimos

Nos dias atuais, os valores hegemônicos que se sobressaem na (de)formação das cidades brasileiras têm sido impostos pelo capitalismo, colonialismo, patriarcado (SANTOS, 2018) e pela escravidão. Diante desse complexo panorama de relações sociais, que “continuam a operar e a se manifestar sob suas três formas canônicas: exploração, dominação e opressão” (KERGOAT, 2010, p. 95), surgem os mais variados embates como resistência. Deste modo, interessa-nos contribuir no debate das discussões que buscam refutar o pensamento hegemônico no campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo, no qual as lógicas determinadas pelos grupos dominantes têm influenciado na padronização e reprodução dos “interesses, preocupações, predileções, neuroses, preconceitos, instituições sociais e categorias sociais” (OYĚWŪMÍ, 2004, p. 01).

Este é, de acordo com a socióloga Oyèrónké Oyěwùmí (2004), um dos princípios da modernidade, o qual implementa a “hegemonia cultural euro-americana” que contamina as diversas esferas da sociedade, exercendo uma maior influência “na produção de conhecimento sobre o comportamento humano, história, sociedades e culturas” (OYĚWŪMÍ, 2004, p. 01). Diante deste contexto, surge, no horizonte que pretendemos abordar neste escrito, o que se convencionou chamar de arquiteturas contra-hegemônicas. Elas são tidas como um conjunto de posicionamentos contestadores, que visam questionar as ideias, os valores e as crenças naturalizadas e reproduzidas e se lançam na proposição de novos caminhos possíveis de produção da arquitetura e do urbanismo atuais.

Em face do exposto, o recorte aqui proposto abrangerá as insurgências feministas decoloniais, pois elas enquadram-se na temática das arquiteturas contra-hegemônicas quando buscam colocar em xeque a práxis dominante tanto no campo teórico, como no empírico. Neste, as pesquisadoras se dedicam a propiciar a munição necessária para contribuir na militância pelo acesso, dentre inúmeros direitos, ao da cidade a todas e a todos. Ao passo que, naquele, auxiliam na luta travada na esfera da produção do conhecimento científico, sujeitada às noções dominantes de universalidade, neutralidade e objetividade (SARDENBERG, 2001). Tendo, portanto, como pano de fundo as bandeiras defendidas pelas feministas decoloniais, no que se refere às pesquisas acadêmicas, este artigo objetiva elaborar uma aproximação analítica a uma das referências de cunho contra-hegemônico: a epistemologia feminista.

Essa aproximação é proposta com a finalidade de colaborar na revisão de algumas das categorias analíticas existentes, além de repensar delimitações de métodos, procedimentos e do papel do(a) pesquisador(a), com vistas à possibilidade de um pensar mais democrático, engajador e, por isso, revolucionário. Em termos de caminho metodológico, no primeiro momento, nos vincularemos ao movimento do “giro decolonial”, o qual defende a resistência nas instâncias “teórico e prática,

político e epistemológico à lógica da modernidade/colonialidade” (BALLESTRIN, 2013, p. 105). O desdobramento dessa postura desembocou na escolha da epistemologia feminista como itinerário de pesquisa, uma vez que essa é “uma das primeiras formas de produção de conhecimento científico que colocaram em xeque a posição hegemônica do conhecimento produzido na chave burguesa e ocidental” (MATOS, 2008, p. 346).

Assim sendo, posicionamos a nossa escrita como um artigo-manifesto, pois, nos tópicos que seguem, buscaremos: a) não somente denunciar as estruturas de dominação atuantes na produção do conhecimento científico (no primeiro item); mas, sobretudo, b) propor formas outras de atuação enquanto pesquisadoras(es), partilhando, como produto, um projeto metodológico-político-ético de fazer pesquisa possível. No terceiro e último tópico, nossa intenção é demonstrar até onde podemos chegar quando percorremos o itinerário que é proposto pelas epistemólogas feministas.

2 A epistemologia feminista, uma (breve) revisão teórica

O cenário exposto retrata a realidade encontrada (majoritariamente) no campo da produção de conhecimento e pesquisa das ciências sociais de ontem e de hoje. Cenário esse onde o narrador se esconde por trás de uma terceira pessoa desencarnada, quase como se não fosse um corpo atravessado por diversos “marcadores sociais da diferença”¹ (COLLINS, 1997, p. 378, tradução nossa), por seus contextos específicos, ideologias e perspectivas. Assumindo-se, deste modo, universal, acredita ser capaz de dar conta de elaborar questões sobre todo e qualquer indivíduo. No entanto, ainda num ontem não tão distante, surgiu e começou a ganhar força no ambiente acadêmico, sobretudo na filosofia e em suas áreas correlatas, uma alternativa possível para a construção dos saberes científicos. Esta outra maneira tem sido desenvolvida pelas feministas em suas mais variadas vertentes, como uma estratégia de resistência ao modo de fazer ciência tradicional. Nela, são enfatizadas “as conexões e as intersecções entre os valores, a política, a ciência e o conhecimento [...], reiterando a impossibilidade da neutralidade e da imparcialidade de fazerem parte dos quesitos do conhecimento científico” (NEVES; NOGUEIRA, 2004, p. 126).

Para a socióloga Priscila Williams (2017, p. 07), as epistemólogas feministas têm buscado elaborar uma “ciência mais acessível, capaz de incorporar mais grupos, passando a considerar as particularidades, os paradoxos, as contingências que fazem parte do grande e plural grupo humano”. E continua afirmando que essa elaboração passa pela proposição de críticas às pesquisas, aos seus objetivos e justificações, aos seus métodos e procedimentos (WILLIAMS, 2017), bem como pela revisão de alguns conceitos-chave, dentre eles:

‘conhecimento’, ‘sujeito cognoscente’, ‘objetividade’, ‘racionalidade’, ‘justificação’, ‘metodologia científica’, ‘generalidade’, ‘universalização’, como sendo conceitos falhos e tendenciosos, em vista de uma reconstrução normativa, prática e ideológica que reconheça, explique e endosse a parcialidade e a contextualidade dos nossos processos de conhecimento (SATTLER, 2019, p. 06).

Em cada um dos seus embates e novas proposições, comprovamos a riqueza das epistemologias feministas indicada por Ana Garay, Lupicínio Íñiguez e Luz Martínez (2001 apud NEVES; NOGUEIRA, 2004, p. 127), em seu “claro posicionamento crítico social” e no seu compromisso com a transformação da realidade social (WILLIAMS, 2017). É, pois, necessário notar que por seu viés feminista o gênero tem um papel central na aproximação dessa realidade, uma vez que se “identifica como as concepções e práticas dominantes de atribuição, aquisição e justificação de conhecimento prejudicam as mulheres e outros grupos subordinados, e se esforça para reformá-los para servir aos interesses desses grupos” (ANDERSON, 2020, p. 01).

Ao mesmo tempo, as vertentes feministas com as quais nos sentimos identificadas e, portanto, defendemos neste artigo-manifesto, estão em consonância com Linda M. Alcoff e Elizabeth Potter (1993, p. 03, tradução nossa e grifo nosso), quando concebem que:

[...] a autoridade cognitiva geralmente está associada a um **conjunto de marcas** que envolvem não apenas gênero, mas também raça, classe, sexualidade, cultura e idade. Além disso, os desenvolvimentos na teoria feminista demonstraram que o gênero como categoria de análise **não pode ser abstraído de um contexto particular** enquanto outros fatores são mantidos estáveis; o

¹ Expressão que abarca as categorias sociais, como gênero, classe social, raça/etnia, entre outras, de maneira a assumir uma postura crítica a tais construções sociais impostas pela estrutura social hegemônica patriarcal, capitalista e racista.

gênero nunca pode ser observado como uma influência “pura” ou solitária. A identidade de gênero não pode ser adequadamente compreendida – ou mesmo percebida – exceto como um componente de inter-relações complexas com outros sistemas de identificação e hierarquia (ALCOFF, L. M; POTTER, E. 1993, p. 3, grifo nosso).

Compreendemos com isto que a epistemologia que busca ser desenvolvida por um viés feminista tem como compromisso combater os valores hegemônicos, bem como as dominações e explorações de suas estruturas. Para tanto, esforça-se para construir um projeto libertador, que tem como objetivo emancipatório “desfazer a teia de opressões e refazer a teia da vida” (ALCOFF; POTTER, 1993, p. 04) e expandir a “democracia na produção do conhecimento” (ALCOFF; POTTER, 1993, p. 13).

3 As epistemologias feministas como um projeto metodológico-político-ético

Ao compreendermos de onde surgem as epistemologias feministas e seus objetivos, delineamos que estamos tratando de uma proposta autorreflexiva de produção do conhecimento. Sendo, pois, capaz de “revelar seus próprios fundamentos sociais, uma revelação ainda mais urgente porque as feministas acadêmicas estão em uma posição social contraditória, buscando mudanças fundamentais nas próprias instituições que nos capacitam a falar e trabalhar” (ALCOFF; POTTER, 1993, p. 14). Desse modo, as epistemólogas feministas pretendem compor algo como um projeto metodológico-político-ético, com suas novas abordagens, ferramentas e métodos, suas possibilidades outras de proposições e posicionamentos. Neste contexto, a teórica bell hooks² (2013, p. 93) reafirma que se faz necessário teorizar sobre a realidade para tentar “compreender tanto a natureza da nossa situação atual, quanto os meios pelos quais podemos nos engajar coletivamente numa resistência capaz de transformar nossa realidade”³.

Qual outro jeito de implementar tal sugestão, se não nos comprometendo com uma “perspectiva crítica-comprometida” (SILVA, 2018, p. 17), posicionando-nos contra as “doutrinas ideológicas da objetividade científica descorporificada” (que acentuam as hierarquias de poder) e defendendo, na contramão do que está padronizado na academia, a “objetividade corporificada” (HARAWAY, 1995, p. 09 e 18)? Segundo a autora, essa objetividade se caracteriza como feminista por estabelecer os limites reais encontrados e, portanto, a parcialidade que responsabiliza quem produz o conhecimento considerado científico.

Neste sentido, ao buscar uma escrita feminista, no sentido de ser responsável política e eticamente com o que se é produzido, é preciso estar em concordância com Donna Haraway, ao afirmar que:

[...] o único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em **algum lugar em particular**. A questão da ciência para o feminismo diz respeito à objetividade como racionalidade posicionada. Suas imagens não são produtos da escapatória ou da transcendência de limites, isto é, visões de cima, mas sim a junção de visões parciais e de vozes vacilantes numa posição coletiva de sujeito que promete uma visão de meios de corporificação finita continuada, de viver dentro de limites e contradições, isto é, **visões desde algum lugar** (HARAWAY, 1995, p. 35, grifo nosso).

Neste contexto, as epistemólogas feministas defendem a necessidade daquela(e) que pesquisa de definir esse tal “algum lugar” de onde se está localizada(o). Assumir o lócus social, faz-se importante, pois marca um posicionamento ético que argumenta que o “lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas” (RIBEIRO, 2019, p. 69). Além disto, refuta, conseqüentemente, a universalidade estabelecida como única prática discursiva possível (COLLINS, 1997; ALCOFF, 2016). Em complemento, o conhecimento situado busca ir de encontro a outros cânones hegemônicos, imposto nas entrelinhas do narrador em terceira pessoa descorporificado da ciência tradicional: a neutralidade e a imparcialidade. Nestes pontos, as epistemólogas feministas declaram que “não há como nos despirmos por completo de nossas crenças e valores, mesmo usando métodos científicos” (WILLIAMS, 2017, p. 06). Assim sendo, aquilo que produzimos passa, necessariamente, pelos filtros com os quais olhamos os mundos ao nosso redor.

Concomitantemente, situar a posição social de quem narra uma pesquisa é também um ato político, visto que:

² Segundo Natália Silva (2018), a teórica feminista e ativista antirracista Gloria Jean Watkins é mais conhecida por seu pseudônimo de bell hooks e opta pela escrita em minúscula com o intuito de que seu trabalho tenha mais evidência que sua figura.

³ No contexto da autora, trata-se da realidade das afro-americanas e suas lutas pela libertação da mulher negra, mas que cabem no cenário aqui delineado.

[...] anunciar o lugar de fala significa muito em termos epistemológicos, porque **rompe** não só com aquela ciência que esconde seu narrador, como **denuncia** que essa forma de produzir conhecimento é geocentrada, e se consolidou a partir da desqualificação de outros sistemas simbólicos e de produção de saberes (PELÚCIO, 2012, p. 398, grifo nosso).

Deste modo, a ferramenta metodológica da objetividade corporificada traz consigo inúmeras críticas e novas proposições. Ela auxilia no posicionamento de quem elabora a pesquisa, demonstrando que somente o “parcial promete uma visão objetiva” (HARAWAY, 1995, p. 18). Assim, contextualiza, situa e limita, ao passo que se compromete, responsavelmente, na construção de cada momento da pesquisa, reconhecendo-a como um “instrumento dos jogos de poder”, e propondo “recriá-la de modo mais inclusivo, mais plural, mais democrático” (WILLIAMS, 2017, p. 11).

Outra ferramenta que compõe as epistemologias feministas, em sua construção como um projeto metodológico-político-ético, é o “instrumento de indagação permanente da ciência que se produz” (NEVES; NOGUEIRA, 2004, p. 126): a reflexividade. O uso desse instrumento demonstra sua relevância ao sugerir compreender como se dará a construção das relações, sobretudo, com o campo e com as(os) protagonistas de uma pesquisa, à medida que propõe uma “avaliação dos efeitos da dimensão social e relacional na produção dos discursos científicos” (RODRIGUES, 2013, p. 64). Portanto, a reflexividade contribui na compreensão do papel do(a) pesquisador(a), uma vez que é um convite a um “processo de permanente interrogação e de análise, através do qual os/as investigadores/as avaliam o impacto dos seus valores, das suas ideologias e das suas posições nos produtos que executam, e nos caminhos que escolhem percorrer para os executar” (NEVES; NOGUEIRA, 2004, p. 126).

Desta maneira, a referida ferramenta nos apresenta uma possibilidade outra de intervenção com o campo e suas(seus) habitantes, que pode auxiliar no estabelecimento das relações entre pesquisador(a)-pesquisadas(os). Neste seguimento acrescenta-se, ao já abordado, o método do “PesquisarCOM” de Márcia Moraes, que propõe que:

[...] no lugar da distribuição assimétrica que separa o pesquisador[a] do[a] pesquisado[a], entra em cena uma outra distribuição da capacidade de agir, isto é, aquele[a] que é interpelado[a], torna-se ativo no sentido de participar ativamente do dispositivo de intervenção (MORAES, 2010, p. 30).

Isso implica, portanto, assumir a construção de uma pesquisa que dialogue com o outro, e não por ele (ALCOFF, 1991). Logo, implica estar aberta a interpelar e ser interpelada pela(o) Outra(o); a afetar e ser afetada (MORAES, 2010; SILVA; GOMES; LOPES, 2014); em criar uma “relação aditiva (...), levando em conta o referencial do outro” (MORAES, 2010, p. 28).

Ao mesmo tempo, sentimos a necessidade de, mais uma vez, nos colocar junto daquelas que partilham do argumento de que não há neutralidade na academia (MOHANTY, 2008; HOOKS, 2013; RODRIGUÊS, 2013; NOGUEIRA, 2001; MORAES, 2010; ALCOFF, 2016; SOUZA; FRANCISCO, 2016; TORRALBA, 2018), posto que “aquilo que se considera como sendo material só se torna verdadeiramente “dados” depois das decisões teóricas dos[as] pesquisadores[as]” (NOGUEIRA, 2001, p. 33). Diante desse ponto de vista, é preciso ter sempre em mente que:

[...] não há nenhuma fotografia não mediada, ou câmera escura passiva, nas explicações científicas de corpos e máquinas: há apenas **possibilidades visuais altamente específicas**, cada uma com um modo maravilhosamente detalhado, ativo e **parcial** de organizar mundos (HARAWAY, 1995, p. 22, grifo nosso).

Por fim, pelo menos naquilo que se pretende abarcar nesse artigo-manifesto de aproximações e revisões, há uma outra proposição das epistemólogas feministas para a construção de um projeto metodológico-político-ético: a pluralidade metodológica. Essa é defendida pelas(os) investigadoras(es) feministas como “uma opção técnica deliberada, na medida em que expressa preocupações em prol do compromisso que esta visão da ciência assume face à mudança social” (NEVES; NOGUEIRA, 2004, p. 50). Esse compromisso com a mudança social se expressa na seleção de múltiplos instrumentos metodológicos, por acreditar que a complexidade de um fenômeno (ou realidade) deve ser abordada de formas variadas, ampliando, assim, o entendimento e a credibilidade do que foi apreendido (RODRIGUÊS, 2013). Assim sendo, existem inúmeras possibilidades de ferramentas de produção dos dados, sendo algumas delas: a pesquisa documental, as errâncias urbanas, o diário de campo, a entrevista semiestruturada, a cartografia corporal e a observação participante.

4 Considerações finais: aonde chegamos

Neste artigo-manifesto, buscamos corroborar o debate que objetiva refutar o pensamento hegemônico no campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo, sobretudo no que compete à produção de conhecimento científico. Para tanto, optamos por nos posicionar no “pensamento de fronteira feminista” proposto pela filósofa e ativista Maria Lugones (2014, p. 947), naquele que procura reconhecer a diferença colonial e resistir “ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la” (LUGONES, 2014, p. 948). Dessa fronteira feminista, procuramos contribuir com as discussões sobre as arquiteturas contra-hegemônicas, trazendo ao centro da argumentação as epistemologias feministas. Esse movimento implica um comprometimento com a quebra de paradigmas tradicionais, que se dá quando nos propomos a refutar as noções de “objetividade, [de universalidade], de verdade e de neutralidade” (RODRIGUÊS, 2013, p. 64), da maneira como são impostas pelos grupos hegemônicos enraizados no meio acadêmico.

Além disso, as epistemologias feministas nos convocam ao embate pela transformação social, ao convidar-nos a estabelecer um (e pôr-se em) movimento em prol da defesa da “produção teórica como uma prática social” (HOOKS, 2013, p. 94). Deste modo, as epistemólogas feministas não buscam apenas destruir o que está posto, em termos das bases e valores hegemônicos, mas apresentam também uma nova alternativa possível em seu lugar. Nessa alternativa, vimos que é proposto um projeto metodológico-político-ético potente, que nos ajuda a construir uma pesquisa baseada nas ferramentas da objetividade corporificada, da reflexividade e da pluralidade metodológica.

Assim, chama-nos à responsabilidade por aquilo que produzimos; por como nos aproximamos do campo e, sobretudo, por como compreendemos e delimitamos as relações com a(o) outra(a) que constrói a pesquisa conosco. No entanto, é preciso deixar claro que não tivemos a intenção de esgotar esse vasto e complexo tema. Buscamos apenas uma aproximação dele e das epistemólogas feministas que têm construído todo esse aporte teórico, para, deste modo, apresentar uma possibilidade outra de fazer pesquisa e de fazê-la de maneira inconformada (com o que está posto), questionadora (daquilo que se apresenta como o padrão) e comprometida (com a criação de algo novo, mais inclusivo, democrático e revolucionário).

Por fim, acreditamos que aqui talvez caiba uma breve partilha, para que também nós saíamos da terceira pessoa e nos coloquemos no lugar em que nos encontramos por trás desta tela. Gostaríamos apenas de reforçar que abraçar o desenvolvimento de uma pesquisa alicerçada em um projeto teórico-epistemológico feminista decolonial é desafiador em múltiplas esferas e níveis. Isso ocorre pela exigência de um posicionamento ético e político durante todo o processo de construção do conhecimento científico. Porque trabalhar com as ferramentas apresentadas, imersa em uma atmosfera de reflexividade, demanda um constante movimento de autoquestionamento sobre o nosso lugar de fala, a nossa realidade e os nossos privilégios. Porque evoca e faz emergir sentimentos até então “mantid[o]s fora da consciência” (KILOMBA, 2012, apud RIBEIRO, 2019, p. 79).

Embora exigente, a utilização do aporte teórico feminista compartilhado posiciona o nosso manifesto no caminho da revolução desejada. Naquele que não busca conciliar, mas romper, visto que “não criamos uma nova sociedade com discursos confortáveis para aqueles que se beneficiam dos privilégios estruturais” (RIBEIRO, 2019, p. 262). Uma vez comprometida com a mudança social, “essa forma de produzir ciência [aqui proposta] vai ter uma relação importante com grupos minoritários, grupos que estão em situação de desigualdade social, em especial às mulheres” (RODRIGUÊS, 2013, p. 64).

Referências

- ALCOFF, L. M. The Problem of Speaking For Others. In: **Cultural Critique**. N. 20, p. 5-32. 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1354221?seq=1>. Acesso em: 6 jun. 2022.
- ALCOFF, L. M.; POTTER, E. **Feminist epistemologies**. ALCOFF, L.; POTTER, E. (Orgs.). Londres: Routledge, 1993.
- ALCOFF, L. M. Uma epistemologia para a próxima revolução. In: **Soc. estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 129-143, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100129&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 6 jun. 2022.
- ANDERSON, E. Feminist Epistemology and Philosophy of Science. In: **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Spring 2020 Edition)**, Edward N. Zalta, 2020. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2020/entries/feminism-epistemology/>. Acesso em: 9 jul. 2022.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11. Brasília, maio - agosto de 2013, p. 89-117. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07 jun. 2022.

COLLINS, P. H. Comment on Hekman's "Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited": Where's the Power? In: **Signs**, v. 22, n. 2, p. 375-381, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3175278?origin=JSTOR-pdf&seq=1>. Acesso em: 02 jun. 2022.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 07-41, 1995. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1065_926_hARAWAY.pdf. Acesso em: 2 jun. 2022.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 1ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. In: **Novos estudos Cebrap**, nº 86, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/hVNnxSrszcVLQGfHFf85kk/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, 2014.

MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/6Y8dcfxYKPXWmyZmhF5yph/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 jun. 2022.

MOHANTY, C. T. Bajo los ojos de Occidente: academia feminista y discursos coloniales. In: **Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes**. NAVAZ, L. S.; HERNÁNDEZ, R. A. (Orgs.). Madri: Cátedra, Universitat de València, Instituto de La Mujer, p. 117-163, 2008.

MORAES, M. Pesquisar COM: Política ontológica e deficiência visual. In: **Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa COM pessoas com deficiência visual**. MORAES, M.; KASTRUP, V. (Orgs.). Rio de Janeiro: Nau Editora / Faperj, 2010.

NEVES, S.; NOGUEIRA, C. Metodologias Feministas na Psicologia Social Crítica: a ciência ao serviço da mudança social. In: **Ex aequo**, n. 11, p. 123-138, 2004. Disponível em: https://sigarra.up.pt/fpceup/en/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=87806. Acesso em: 2 jun. 2022.

NOGUEIRA, C. A análise do discurso. In: **Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação**. L. Almeida e E. Fernandes (Edts), Braga: CEEP, 2001. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4355>. Acesso em: 06 jun. 2020.

OYĚWŪMÍ, O. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWŪMÍ, O. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. **African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series**. v. 1, p. 1-8, Dakar, CODESRIA, 2004, traduzido por por Juliana Araújo Lopes.

PELÚCIO, L. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós- colonialismos, feminismos e estudos queer. In: **Rev. Contemporânea**. Dossiê Saberes Subalternos, v. 2, n. 2, p. 395-418, 2012. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/viewFile/89/54>. Acesso em 12 ago. 2022.

RIBEIRO, D. **Lugar de Fala**. São Paulo: Pólen, 2019.

RODRIGUES, M. N. M. **Jovens mulheres rappers**: reflexões sobre gênero e geração no Movimento Hip Hop. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SANTOS, B. S. **Globalização ou Desglobalização** (Aula Magistral online). 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/AliceProjectCES/videos/1817536944957874/>. Acesso em: 22 jul. 2022.

SARDENBERG, C. M. B. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? In: **X Encontro da REDOR**, 2001. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6875/1/Vers%C3%A3o%20Final%20Da%20Cr%C3%ADtica%20Feminista.pdf>.

Acesso em: 07 jun. 2022.

SATTLER, J. **Epistemologia feminista**. Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://cpgd.paginas.ufsc.br/files/2019/05/Epistemologia-Feminista-texto-para-leitura%C3%A9via.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2022.

SILVA, P. C. S.; GOMES, C. C.; LOPES, A. C. O. O direito à moradia e o protagonismo das mulheres em ocupações urbanas. In: **Revista Gênero & Direito**. p. 180-198, 2014.

SILVA, N. A. da. **Feminismo negro e produção do espaço**: as ocupações urbanas em uma abordagem interseccional-espaçial. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

SOUZA, S. R. L. de; FRANCISCO, A. L. O Método da Cartografia em Pesquisa Qualitativa: Estabelecendo Princípios ... Desenhando Caminhos ... In: **Investigação Qualitativa em Saúde**, 5º Congresso Ibero-Americano em investigação qualitativa, 2016. Disponível em: <https://docplayer.com.br/31335007-O-metodo-da-cartografia-em-pesquisa-qualitativa-estabelecendo-principios-desenhando-caminhos.html>. Acesso em: 02 jun. 2022.

TORRALBA, R. Cartografias no Morro da Conceição: abrir brechas no corpo da cidade. In: **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, v. 8, n. 2, abril-junho, p. 323-347, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=463555173006>. Acesso em: 08 ago. 2022.

WILLIAMS, P. Epistemologia e Feminismo. In: **Revista Três Pontos**, v.13, n.1 (jan 2016/jun 2016) Dossiê Múltiplos Olhares sobre Gênero, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/3385>. Acesso em: 02 jun. 2022.